



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANTONIA SUIANE PEREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA  
INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS, NO ENSINO REGULAR**

**FORTALEZA**

**2017**

**ANTONIA SUIANE PEREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA  
INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS, NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Robéria Vieira Barreto Gomes.

**FORTALEZA**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S578e Silva, Antonia Suiane Pereira da.  
Educação Inclusiva : A formação do professor para atuar na inclusão de crianças deficientes visuais, no Ensino Fundamental / Antonia Suiane Pereira da Silva. – 2017.  
53 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Fortaleza, 2017.  
Orientação: Profa. Dra. Robéria Vieira Barreto Gomes.
1. Inclusão Escolar. 2. Deficiência Visual. 3. Formação Docente. I. Título.
- CDD 370
-

**ANTONIA SUIANE PEREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA  
INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS, NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Robéria Vieira Barreto Gomes (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Albuquerque da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Barbosa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer a Deus, que foi o meu refúgio nos momentos mais difíceis e quando eu pensei que não iria conseguir, Ele me deu forças, tranquilidade e discernimento para prosseguir.

Quero agradecer aos meus pais Silvia e Junior e minha irmã Ticiane. Vocês são meus exemplos, meus pilares e meus maiores incentivadores. Com certeza eu não teria conseguido alcançar meus objetivos sem o apoio e ajuda de vocês.

Agradeço ao meu noivo Gabriel, pela parceria e todo apoio durante esses anos da minha graduação, principalmente nos últimos meses da elaboração deste trabalho, sei que não foi fácil estar ao meu lado neste período. Saiba que você também foi crucial para que eu realizasse esse sonho tão importante.

Também preciso agradecer a minha família, avós, tios e primos. É muito importante saber que tem pessoas ao seu lado em qualquer circunstância e que sempre te estenderão a mão quando é preciso. Cada um contribuiu de alguma forma para que eu chegasse até aqui, eu sou muito grata a vocês.

Agradeço as minhas amigas de faculdade. Ter conhecido vocês, foi um dos maiores presentes que a Universidade me deu. Obrigada por compartilhar comigo todos esses anos e pelo companheirismo em todos os momentos.

Por fim, agradeço também todos os meus professores, em especial a minha orientadora Robéria Vieira, por todos os ensinamentos compartilhados e pela contribuição na minha formação não só acadêmica como também humana.

A todos vocês o meu muito obrigada.

## RESUMO

A inclusão escolar é um tema bastante discutido no cenário educacional. Atualmente, a legislação brasileira estabelece um sistema de ensino inclusivo, assim, não é mais possível conceber um sistema de ensino segregador e preconceituoso, que não acolhe as diferenças. Partindo desse princípio, esse trabalho aborda sobre a inclusão de alunos deficientes visuais, especificamente, compreendendo que o trabalho pedagógico com pessoas com deficiência visual demanda uma série de recursos e de preparação, para que estes indivíduos se sintam incluídos e que desenvolvam os seus conhecimentos. A escolha dessa temática justifica-se pelo fato de presenciar, durante o estágio de Educação Infantil, uma aluna com deficiência visual e a mesma não era incluída de nenhuma forma. A partir disso, vários questionamentos surgiram, um deles é qual o papel do professor para a inclusão de uma criança deficiente visual e qual seria a formação ideal para atuar nessa perspectiva. A investigação teve como objetivo geral compreender como acontece a formação dos professores para trabalhar na inclusão de crianças com deficiência visual no ensino regular. Para aprofundar o objeto de estudo desse trabalho utilizamos como aporte metodológico a pesquisa qualitativa em educação com os seguintes instrumentos de coleta de dados: análise documental, entrevista e observação. Nossos resultados mostraram que a formação docente adequada, a atitude do educador diante do aluno com deficiência visual e a utilização de recursos educacionais específicos para o trabalho pedagógico com estes educandos é de extrema importância para a sua inclusão, sendo aspectos definidores para que o aluno deficiente visual tenha ou não uma aprendizagem de qualidade.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Deficiência visual; Formação docente.

## **ABSTRACT**

The scholar inclusion has been very discussed in the educational scenario. The Brazilian legislation currently establish an inclusive teaching system, thus, it is impossible to conceive a segregating and prejudiced teaching system, which does not recognise the students' differences. Starting from this principle, this academic paper addresses specifically the inclusion of students which have visual impairment understanding that to include these peoples and develop their knowledge, the pedagogical work demands a series of resources and preparation. During the internship of Child Education, the fact of attend a student with visual impairment, who was not included in any way, was the crucial factor to choose this theme. After that choice, several questions have arisen such as what the role of the teacher for the inclusion of a visually impaired student and What would be the ideal training to act in this perspective. The investigation to answer these questions had as main target understand the teachers' preparation to work in the inclusion of children with visual impairment in the regular education. To deepen the object of study of this paper was utilised as methodological contribution the qualitative research in education with the following instruments of data collection: documental analyse, interview and observation. The results displayed that the adequate teacher training, the attitude of the educator towards the student with visual impairment and the utilization of specific educational resources for the pedagogical work with these students are extremely important for their inclusion being defining aspects for a quality learning.

**Keywords:** School inclusion; Visual impairment; Teacher training.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO DEFICIENTE VISUAL.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. Historicizando a educação dos deficientes visuais .....</b>	<b>14</b>
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESENVOLVER PARA A EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....</b>	<b>18</b>
<b>3. RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL.....</b>	<b>24</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES. ....</b>	<b>35</b>
<b>5.1 Conhecendo um pouco da história das instituições pesquisadas.....</b>	<b>35</b>
<b>5.2 Deficiência Visual: Formação do professor e o olhar singular do processo de inclusão do aluno com deficiência visual em duas instituições de ensino de Fortaleza</b>	<b>36</b>
<b>5.2.1 Deficiência Visual: Formação docente e a inclusão de alunos com deficiência visual na escola pública.....</b>	<b>36</b>
<b>5.3 Deficiência visual: Formação docente e a inclusão de alunos com deficiência visual no Instituto de Atendimento aos Deficientes Visuais .....</b>	<b>41</b>
<b>5.4 A inclusão dos deficientes visuais na escola Municipal e no Instituto de Atendimentos aos Deficientes Visuais: Como acontece.....</b>	<b>44</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda sobre a temática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que é de extrema relevância no cenário educacional do país, pois o atendimento de alunos com algum tipo de deficiência e o oferecimento de uma educação de qualidade a todos os sujeitos, que respeite suas características e singularidades, atendendo as suas demandas específicas é uma conquista histórica desse grupo social. A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva trata da inclusão de deficientes visuais no ensino regular.

O estudo desse objeto ajudará a responder às seguintes questões: Como se dá o processo de inclusão dos deficientes visuais e o como se caracteriza a formação do professor que atua com esses indivíduos, professor este que tem um papel preponderante nesse processo de inclusão.

A escolha desta temática surgiu após a minha participação na disciplina de Estágio na Educação Infantil, ofertada no curso de Pedagogia da UFC. Ao iniciar as atividades fui lotada no Infantil III e me surpreendi ao saber que uma das crianças, uma menina de três anos, tinha deficiência visual. Era minha primeira experiência em sala de aula e esse fato me deixou insegura, mas desejava de me acercar dos saberes sobre o assunto. Procurei durante todo o semestre me aproximar dessa criança, que era muito arredia, não falava, era muito dependente e só permitia a aproximação de quem ela reconhecia.

Pude observar, com o passar da convivência, como a menina era tratada pelos docentes e colegas. Apesar de todos terem muito carinho e um extremo cuidado com a criança, esta era excluída das atividades feitas pelos demais. Enquanto todos da turma faziam algum trabalho ela era deixada no canto e se estivesse muito agitada ou chorando colocavam música para que ouvisse, sendo muitas vezes levada para outro ambiente. Não havia nenhuma sala de atendimento especializado e a escola também não tinha nenhum convênio com alguma instituição especializada. Não havia uma efetiva inclusão da criança, esta somente frequentava a escola. Apesar de todo cuidado e carinho que era dedicado a menina, esta não tinha oportunidade de participar ativamente do processo educacional propriamente dito.

Ao final do estágio consegui estabelecer uma relação com a criança. Ela passou a me reconhecer e vinha para os meus braços. Durante todo o estágio pensei e elaborei estratégias que pudessem incluí-la, como sujeito aprendiz, nas atividades propostas. Nem todas obtiveram êxito como eu imaginava, mas muitas vezes pude perceber que ela se

envolvia, ficava atenta e se divertia. Percebi que não era um trabalho fácil, mas era totalmente possível. Ao terminar o estágio me questionei como seria o prosseguimento da vida escolar dessa criança dentro do ensino regular. Ela seria mais uma entre tantas que não conseguiria sua inclusão efetiva no espaço de aprendizagem escolar? Fez-me pensar também, no papel do professor para a inclusão de uma criança deficiente visual e qual seria a formação ideal para atuar nessa perspectiva. Dessa maneira, resolvi me aprofundar na temática de Educação Inclusiva, mais especificamente na formação do professor para a inclusão de crianças deficientes visuais, pois como futura pedagoga que acredita numa sociedade inclusiva e que compreende a importância do papel docente na construção dessa sociedade, acredito ser de extrema relevância o estudo desse tema..

Para compreendermos a temática dessa pesquisa é importante refletirmos que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de 1 a 1,5 por cento da população possui deficiência visual. Assim, haveria cerca de 1,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, sendo a maioria delas com baixa visão<sup>1</sup>. Calcula-se ainda que, a cada 3 mil crianças uma é cega, e a cada 500 crianças, uma tem baixa visão. A partir desses dados se faz claro que os indivíduos deficientes visuais são uma parcela significativa da população, mostrando dessa forma, a importância de estudar e compreender como acontece seu processo de inclusão, não somente na educação, mas nos diversos âmbitos da sociedade.

Apesar de ser um assunto de grande importância, a regulamentação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é relativamente recente. Apenas em 2008 o Ministério da Educação (MEC) estabelece a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Com a política nacional voltada à Educação Especial, tomada neste contexto da Educação Inclusiva, ocorreram grandes avanços e transformações na escola comum e um grande número de Notas Técnicas, Resoluções e Decretos foram sendo homologadas para regulamentar as especificidades desse assunto nos sistemas de ensino, pois todas as crianças devem ser incluídas na sala de aula regular, mesmo as que possuem algum tipo de deficiência, o que vai passar a requerer pensar os contextos plurais de seu desenvolvimento.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo principal compreender como acontece a formação dos professores para trabalhar na inclusão de crianças com deficiência visual no ensino regular, pois acredito que o trabalho docente seja de extrema relevância para

---

<sup>1</sup> Baixa Visão – Nos capítulos posteriores será trabalhada de forma detalhada essa temática.

o sucesso do processo de inclusão, sendo interessante conhecer esta formação e o que ela implica nesse trabalho com deficientes visuais.

Para se alcançar esse objetivo geral foram delimitados alguns objetivos específicos. Estes objetivos são: 1. conhecer o histórico da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil; 2. identificar as políticas públicas que regulamentam a educação para pessoas com deficiência visual; 3. conhecer os processos de inclusão de deficientes visuais no ensino regular; 4. analisar a formação dos professores que atuam diretamente com a inclusão de crianças deficientes visuais, no ensino regular.

Para alcançar os objetivos traçados, os instrumentos metodológicos utilizados foram: a entrevista semi estruturada com professores que atuam alunos com deficiência visual em sua sala de aula. Algumas perguntas feitas foram previamente elaboradas, mas foi dada margem para que novos questionamentos fossem feitos durante a conversação/entrevista. Também foi feita a observação não participante da aula dos professores entrevistados, como procedimento para a coleta de dados, pois era importante contrapor o discurso do professor com sua real atitude dentro da sala, para que fosse possível comprovar se o professor assumia uma prática realmente inclusiva e se sua formação influenciava em sua postura docente.

Em relação a construção da fundamentação teórica, alguns autores como Silva (2008), Lima (2006), Mazzotta (2005) e vários documentos legais foram utilizados para embasar o que foi apresentado e discutido durante o trabalho.

Nessa perspectiva o presente trabalho é composto dessa introdução, seguindo da justificativa, que aborda o meu envolvimento com a temática e minha motivação em discutir sobre o tema. O trabalho também é composto por três capítulos de fundamentação teórica. O capítulo I aborda o histórico dos deficientes e como se deu o início do processo educacional dos deficientes visuais. O capítulo II trata dos documentos legais que asseguram os direitos dos deficientes, dando um enfoque principalmente a leis que envolvem a educação dos mesmos. Neste capítulo também é citado o que os documentos legais estipulam em relação a formação do professor tanto para atuar no Atendimento Educacional Especializado, quanto na sala regular. Por fim, o capítulo III aborda os recursos tecnológicos que auxiliam no processo de aprendizagem dos deficientes visuais, tomando como perspectiva que o trabalho do professor também é um recurso que auxilia na inclusão desses sujeitos e na sua escolarização.

O trabalho também é constituído pela metodologia, onde é justificada a escolha dos procedimentos utilizados e como se deu a coleta de dado, a análise dos dados, onde os

resultados da pesquisa são apresentados e discutidos, com o embasamento de autores da área. Por fim, há as conclusões do trabalho e suas referencias.

## 1. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO DEFICIENTE VISUAL

Para que se possa compreender o processo de evolução da inclusão do deficiente visual no ensino regular, primeiramente é preciso resgatar e caracterizar o seu histórico, dessa forma identificando aspectos relevantes que influenciam e influenciaram a realidade atual. Por isso, neste capítulo discutiremos o histórico da deficiência em geral e o seu processo de escolarização, pois o deficiente visual está incluso nesse contexto, porém em alguns momentos a deficiência visual será tratada.

Desde muito tempo os deficientes, de modo geral, eram considerados como pessoas incapazes, marginalizadas da sociedade e muitas vezes sua condição era explicada por concepções de cunho religioso, como por exemplo, que pessoas com deficiência estariam pagando por algum pecado ou sofrendo um castigo de Deus. Autores como Mazzotta (2005), Silva (2008), Lima (2006) informam que nas sociedades como a Grécia Antiga ou na Idade Média, era comum abandonar ou até mesmo sacrificar crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, pois a concepção da época era que um indivíduo como esse traria transtornos, pois havia a necessidade de indivíduos fortes e saudáveis que pudessem produzir e garantir a própria sobrevivência.

Apesar desse histórico, felizmente ao longo do tempo, indivíduos com deficiências começaram a ser vistos como cidadãos com direitos. Segundo Lima, “Somente com a modificação da sociedade propiciada pela interação com as pessoas com deficiência, é que se pode vislumbrar uma sociedade mais fraterna e cooperativa.” (LIMA, 2006, p.28)

No século XVIII, nas sociedades ocidentais, segundo Lima (2006), houve o estabelecimento da Educação Especial para pessoas com deficiência, isso associado a movimentos populares que reivindicavam a participação social de todos, tudo isso influenciado pela Revolução Francesa (1789). Séculos depois, com a elaboração da Declaração dos Direitos Humanos (1948), a Educação Especial surge, “[...] como parte de uma proposta de educação para todos que denunciava a discriminação e a exclusão social.” (LIMA, 2006, p. 29.) Porém, o atendimento de pessoas deficientes era segregado, era caracterizado mais como um cuidado clínico ou caridade, porém foi a melhor alternativa para estas pessoas até a década de 1960.

Somente a partir do século XX portanto, iniciou-se uma intensificação e movimentos sociais que lutavam contra toda e qualquer tipo de discriminação com pessoas com deficiência e a partir desse cenário, surge, no mundo todo, a defesa de uma sociedade inclusiva. Na busca de construir realmente uma sociedade inclusiva, buscando quebrar os

processos de exclusão, houve a Conferência Mundial de Educação para Todos que aconteceu em Jomtien, em 1990 onde é apontado o alto índice de crianças e jovens sem escolarização e traz a necessidade de transformar os sistemas de ensino para que haja o acesso e permanência de todos na escola.

Em 1994, a UNESCO realiza em Salamanca na Espanha, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, onde é proposta uma discussão mais aprofundada sobre a escola não acessível a todos. A partir das reflexões sobre as práticas educacionais que proporcionam desigualdades sociais, o documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais declara que as escolas comuns são um meio eficaz para combater a discriminação e afirmam que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1997, *apud* BRASIL, 2015a, p. 9).

Paralelo ao crescimento mundial pela inclusão, no Brasil é publicado em 1994 o documento Política Nacional de Educação Especial, fundamentado na normalização da escola, com foco na parte clínica da deficiência, atribuindo as características dos estudantes um impedimento para a inclusão do mesmo no meio educacional e social. Uma política que trazia um grande retrocesso nos avanços do processo de inclusão escolar. O documento definia como modalidade de atendimento em Educação Especial no Brasil as escolas e classes especiais, o atendimento domiciliar, em classe hospitalar, etc. Foi mantida a estrutura substitutiva da educação especial e o acesso do aluno deficiente no ensino regular era condicionado.

Ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também, são matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. (BRASIL, 1994, p.19 *apud* BRASIL, 2015a, p. 10)

Segundo Brasil (2015a), é apontado que este documento ao invés de trazer uma mudança de concepção que favorecesse o processo de inclusão, demonstra uma dualidade entre um discurso inovador de inclusão e uma prática tradicional que segrega muito mais do que inclui.

No início do século XXI, com esta realidade descrita, há uma maior mobilização em torno da questão do sistema de ensino segregativo, que continua mantendo deficientes fora da escola. A partir disso a proposta de um sistema educacional inclusivo é percebida:

[...] na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2015a, p.11)

Em 2006 a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, onde é firmado um tratado internacional, que é ratificado pelo Brasil como emenda constitucional. Este documento modifica a concepção de deficiência baseada no modelo clínico, onde a condição física do indivíduo seria o obstáculo para sua integração na sociedade e este teria que adaptar-se a as condições existentes. De acordo com o documento:

[...] à sociedade cabe promover as condições de acessibilidade necessárias a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional. (BRASIL, 2015a, p.11)

A partir dessa conjuntura, é definido que o governo deve assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e esse princípio passa a fundamentar uma construção de novas leis de educação especial, onde as propostas pedagógicas buscam assegurar tanto o acesso quanto a participação de todos no sistema escolar.

Outro marco legal para a concreta efetivação da inclusão escolar e, conseqüentemente, a inclusão de deficientes tanto na escola, bem como em todos os âmbitos da sociedade é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), mas está será melhor discutido mais a frente, junto com os outros documentos legais que regulamenta a educação inclusiva. Para refletirmos como aconteceu esse processo de educação inclusiva dos deficientes visuais trabalharemos no próximo item essa temática.

### **1.1. Historicizando a educação dos deficientes visuais**

Voltando um pouco na história, no que se refere à escolarização dos deficientes visuais, é importante citar alguns marcos históricos. Entre os séculos XVI e XVII, foram criados métodos para ensinar cegos a ler. Segundo Castro (*apud* SILVA 2008) foram utilizados recursos como gravação de letras em relevo, caracteres em madeira ou metal, etc.

Apesar disso, esses métodos eram limitados e apenas pessoas com aquisição financeira tinham acesso a eles.

Em 1783, Valentin Haüy funda em Paris, a primeira escola para cegos em todo o mundo. No ano seguinte escreveu um livro onde as letras de escrita comum eram em relevo e podia ser diferenciadas a partir do tato. Entre os anos de 1891 e 1909 foram inaugurados na Grã-Bretanha e no início do século XIX foram criadas várias escolas para cegos na Europa. No mesmo período, em Nova York e na Pensilvânia foram fundadas escolas semelhantes.

Outro marco importante na educação de pessoas deficientes visuais foi a criação do Sistema Braille, que é um sistema de leitura e escrita através de pontos em relevo. Foi criado em 1825, por Louis Braille, um jovem francês que era cego. Porém, professores e diretores de escolas especiais, eram bastante resistente à utilização do alfabeto em Braille, por ser de difícil decodificação para os videntes. Dessa forma, “Foi essencial o esforço perseverante dos cegos para impor o uso do tato na leitura através do sistema Braille.” (SILVA, 2008, p.55). A partir disso, o sistema Braille revolucionou a educação de pessoas cegas e em 1932 passou a ser aceito como um sistema de uso geral em todo o mundo.

Em relação ao nosso país, este foi o primeiro país da América Latina a reconhecer o sistema Braille como um sistema de escrita. De acordo com Silva (2008), até então não havia uma solução para a educação dos cegos no Brasil. Esse sistema chegou em 1850, através de José Álvares de Azedo, que era cego e instrutor de Braille e idealizou a primeira escola para cegos no Brasil. Esta escola denominada de Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, existente até os dias atuais, foi a única instituição responsável pela educação dos deficientes visuais no Brasil, até o ano 1926. Apenas nos anos seguintes foram fundadas outras instituições e criadas outras medidas que auxiliavam a educação dos cegos.

É importante dar um destaque a mais ao Instituto Benjamin Constant por ser um centro de referência no trabalho educacional dos deficientes visuais. A instituição possui uma escola que capacita profissionais para trabalhar na área de deficiência visual, com cursos de Técnicas de leitura e escrita no Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Atividades da vida diária, Produção de Material didático, Alfabetização no Sistema Braille. Também faz assessoria a escolas, realiza ações como consultas oftalmológicas para população, com o objetivo de prevenção de doenças que possam causar a cegueira, fazem a produção de materiais especializados, impressos em Braille, entre outros serviços, tornando o Instituto um local de excelência e exemplo de trabalho na temática discutida.



Voltando ao assunto discutido, algumas das medidas implementadas em relação à educação dos cegos foram o Decreto nº 16.392 que criava o primeiro curso de especialização de professores para o ensino de pessoas cegas, também a criação da Fundação para o Livro do Cego, que tinham a finalidade de imprimir os livros em Braille. Em 1950 foi criada a primeira classe de Braille em São Paulo e em 1955 houve a autorização de um curso de especialização de um ano na área do ensino para cegos.

Porém, apesar dessa realidade apresentada, Silva (2008, p. 60) coloca que “Embora o acesso à educação tenha sido facilitado pela criação de várias instituições, as pessoas cegas não viviam plenamente sua cidadania.” Um exemplo dessa problemática é que para os deficientes visuais conseguirem a emancipação política, tiveram que lutar contra uma lei que dava o direito do cego a votar, mas utilizando a escrita cursiva. Outra questão foi para o ingresso na escola comum. Mesmo quando os deficientes visuais eram aceitos a motivação era por caridade, compaixão e não por vê-los como cidadãos de direitos, sendo um deles a educação.

O autor Belarmino (1997) traz em uma de suas obras sobre o assunto, um trecho do parecer da Comissão de Ensino do Conselho Nacional de Educação da cidade de Curitiba no ano de 1932, em relação ao pedido de matrícula de uma pessoa cega em escola comum. Esse parecer retrata bem a concepção que se tinha em relação a educação de deficientes visuais daquela época.

O professor Cesário de Andrade mostra que não é possível ministrar em conjunto, o ensino de classes de alunos cegos que se valem de sistemas especiais e ainda deficientes, e de alunos videntes que seguem métodos pedagógicos comuns. [...] seria realmente, profundamente doloroso que além do cárcere das trevas, privássemos o requerente desse bálsamo espiritual que o ajudará a quebrar o ceticismo tão próprio dessa desgraça que é a cegueira. (BELARMINO, 1997, p. 40 *apud* SILVA, 2008, p.60)

A partir da citação anterior pode-se compreender um pouco do cenário em relação ao processo educacional dos deficientes visuais e também fica clara a concepção de que haveria a necessidade de classes especiais separadas, pois o professor seria incapaz de atender as especificidades desses alunos. Além disso, segundo Silva (2008, p. 61) a percepção que existia em relação a pessoa cega era de “[...] alguém destituído de sua cidadania, sem seu potencial criador e criativo, assim como de direitos.” A partir dessa conjuntura foram criadas classes especiais dentro das escolas comuns, para atender especificamente pessoas cegas, pois essas eram consideradas incapazes de aprenderem junto com pessoas videntes.

É importante compreender que apesar das classes especiais não serem o ideal em relação ao processo educacional dos deficientes visuais, pois era mais uma maneira de

segregar os deficientes, e na maioria das vezes, não havia um trabalho realmente voltado para sua escolarização, esta ação pode ser considerada como um começo em relação à educação dos cegos, pois para estes não haviam perspectivas nenhuma, pois as concepções pedagógicas da época privilegiavam a homogeneização das pessoas.

Apesar dessa concepção pedagógica que separa pessoas deficientes das não deficientes ainda existir e estar presente nas ações de muitos educadores atualmente, muitos avanços ocorreram daquela época para os dias de hoje. Como sabemos, hoje já é direito de todos estarem incluídos no ensino regular independente das suas condições físicas, mentais, psicológicas e sociais. Essa temática será melhor trabalhada no próximo capítulo, onde será discutido as políticas públicas que regulamentam a educação inclusiva.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESENVOLVER PARA A EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

É de extrema importância que as políticas públicas que regulamentam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva sejam apresentadas e discutidas, pois elas que asseguram a realização e a obrigatoriedade de um processo educacional que inclua a todos os indivíduos da sociedade. Neste capítulo serão apresentadas algumas políticas em volta dessa temática, principalmente as que mais influenciaram para o avanço da implementação da educação inclusiva no cenário educacional do país. Além disso, também será discutido o que é estipulado nas leis sobre o papel do professor e qual sua formação para trabalhar nessa perspectiva da educação inclusiva, mais especificamente, na inclusão de deficientes visuais.

A primeira lei a ser exposta é a Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) por ser umas das leis mais importantes para educação em geral. Com a elaboração da LDB houve grandes avanços no cenário educacional e isto inclui tanto a educação especial quanto a educação inclusiva. Em seu capítulo V que trata da educação especial, são expostos quais os direitos dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O primeiro ponto que destaco da referida lei, é em seu artigo 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 31)

Neste artigo é exposto quem é o público alvo da educação especial, mas o que chama mais atenção é a nomenclatura utilizada, quando é tratada como uma modalidade que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular. Ao colocar a palavra preferencialmente é deixada uma brecha para que as redes de ensino regular não tenham a obrigatoriedade de acolher os educando do público alvo da educação especial.

Outro ponto importante dessa lei é o que é estipulado em seu Artigo 59, no qual é definido que é dever dos sistemas de ensino assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, direitos como currículos, métodos e recursos específicos para atender a necessidades específicas desses alunos, também assegura uma educação especial para o trabalho, acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis, entre outros. Dentro desse artigo, no seu inciso III, especificamente, traz o perfil do professor tanto do atendimento especializado quanto da sala

de aula comum, foco de interesse neste trabalho. É colocado no inciso a obrigatoriedade de: “III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 32)

Além desses pontos citados a LDB também traz outras disposições em relação à educação especial. É de grande relevância que uma lei como essa, com a importância que tem no cenário educacional tenha tratado sobre a educação de pessoas deficientes, pois mostra um avanço em relação ao trabalho educacional desse público, que por tanto tempo teve esse direito negado.

Outro documento legal, um dos documentos de mais importância em relação à Educação Inclusiva, é a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva de 2008. Essa política foi um marco no trabalho com essa temática, pois ela vem tratar da importância e do direito da inclusão de todos no sistema de ensino regular, mas claro sem eximir a importância e a necessidade da Educação Especial e do atendimento especializado, ao contrário, ela acentua a necessidade de haver esse trabalho conjunto.

Essa política traz um histórico abordando a exclusão dos indivíduos com deficiência e como a educação especial tinha um caráter substitutivo do ensino regular. Também aborda sobre leis, decretos que regulamentavam a educação especial até chegar à confecção do referido documento. A partir dessa contextualização essa política traz os seus objetivos, que são:

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.10)

Além dos objetivos, o documento traz suas diretrizes, onde são especificados diversos pontos em relação ao trabalho da educação especial e a inclusão escolar, especificando minuciosamente como devem acontecer as dinâmicas nos diversos âmbitos do processo escolar, o que é de muita valia, pois se torna um norte, uma orientação para aqueles

que trabalham na educação e precisam adotar essa perspectiva de uma escola que inclua a todos, respeitando suas especificidades. É importante que fique claro que essa inclusão não se refere apenas a pessoas deficientes, mas a todos as pessoas, que como cidadãos têm o direito a uma educação de qualidade.

Suas diretrizes abordam pontos como as funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE), suas atividades e deixando claro que esse atendimento é complementar e/ou suplementar ao trabalho realizado na sala de aula comum e não a substitui. Também é abordado sobre todas as modalidades de ensino que existem e que deve haver o atendimento especializado nelas, como por exemplo, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Indígena. É tratado sobre como deve acontecer a avaliação pedagógica, enfatizando que deve ser algo processual, onde é analisado o desempenho do aluno em relação ao seu próprio desenvolvimento. Aborda como os sistemas de ensino devem ser organizar tanto estruturalmente como na parte pedagógica e no trabalho dos profissionais, para se tornarem escolas realmente inclusivas, promovendo a aprendizagem de todos os educandos, independente das suas diferenças.

Em relação ao papel do professor tanto do atendimento especializado quanto da sala comum, em vários momentos são citados o seu papel e sua importância nesse processo de inclusão. Em dos objetivos pode-se ver que o a formação do professor é relevante nesse contexto. Nas diretrizes do documento é especificada qual a formação para atuar no atendimento especializado e auxiliar o professor da sala regular, como pode ser observado na citação a seguir.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular [...] (BRASIL, 2008, p.13)

Essa política se tornou referência no trabalho com a inclusão escolar por trazer essas inovações em seu texto, pois os documentos anteriores, apesar de citarem sobre a educação especial e a inclusão, eram muitas vezes vagos e superficiais, deixando vários aspectos em relação a essa temática soltos. Esse documento aborda pontos específicos, traz direcionamentos e deixa claro como realmente efetivar a inclusão escolar.

Próximo documento a ser apresentado, este um dos mais recentes e bastante importante para a inclusão dos deficientes na sociedade em geral, é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015. Nesta lei é colocado o que caracteriza uma pessoa deficiente e a partir disso esclarecido os direitos que essas pessoas possuem nos mais

diversos âmbitos da sociedade. Como nos documentos citados anteriormente, este não se limita apenas a educação, também é tratado sobre aspectos como os direitos a igualdade, a vida, a saúde, a moradia, o trabalho, lazer, acessibilidade, enfim tudo aquilo que é necessário para uma pessoa viver com qualidade.

Em relação à educação especificamente, o documento aborda esse direito em seu capítulo IV. Como nos documentos anteriores, é estipulado que pessoas deficientes têm direito a uma educação de qualidade em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. É colocado que é um dever não só do Estado, mas também da família e da comunidade escolar assegurar essa educação.

Também são estipuladas várias incumbências que o poder público deve garantir para que realmente haja um sistema escolar inclusivo e de qualidade. São apontadas ações como a garantia do acesso e permanência dessas pessoas na escola, eliminando qualquer barreira tanto arquitetônica, quanto pedagógica que possa impedir esse acesso. A elaboração de um projeto político pedagógico que inclua o atendimento educacional especializado também é citado. Outros pontos são a oferta da educação bilíngue em libras para os alunos surdos, o uso de recursos e tecnologias assistivas como o Sistema Braille, a garantia da participação efetiva do aluno e da sua família na comunidade escolar, entre outras ações.

Em relação aos professores, tanto do AEE, quanto da sala regular, é estipulado em seu artigo 28, nos incisos X e XI que:

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio (BRASIL, 2015b, p.9 )

Dessa maneira pode-se observar que deve haver um incentivo a uma formação sobre o trabalho com alunos deficientes e sua inclusão, não só para os professores do atendimento especializado, mas também para aqueles que atuam na sala comum, para que haja um trabalho mais direcionado e de qualidade. Também é colocada a necessidade dos mais diversos tipos de profissionais para que ocorra uma efetiva inclusão escolar, não deixando toda responsabilidade a cargo do professor ou do AEE ou da classe regular.

Por fim, outro ponto de grande relevância desse documento é sobre o que é estipulado para as escolas privadas. No seu parágrafo 1º é colocado que:

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações. (BRASIL, 2015b, p. 10)

Como podemos observar as escolas privadas não podem se eximir da responsabilidade de receberem os alunos com deficiência e, além disso, garantir seu acesso e permanência, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva a todos.

Para finalizar este capítulo sobre as políticas públicas que asseguram os direitos de pessoas com deficiência, acredito ser importante apontar algumas leis que beneficiaram os deficientes visuais especificamente, já que estes são um dos focos deste trabalho.

Uma lei bastante importante para a comunidade de deficientes visuais é a lei 4.169 de 1962, que oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos. Como podemos observar no histórico que foi descrito neste trabalho, os deficientes visuais por muito tempo tinham a obrigação de aprender a escrever de maneira convencional e somente com a criação do Sistema Braille, eles tiveram oportunidade de adaptar uma maneira de ler e escrever adequada as suas condições. Apesar disso durante muito tempo o Braille não foi considerado um sistema de escrito e não era aceito por todos, por isso a importância de assegurar esse direito em lei.

Na referida lei é estipulado que: “Art.1º São oficializadas e de uso obrigatório em todo o território nacional, as convenções Braille, para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille [...]” (BRASIL, 1962, p.1). O documento também traz em anexo uma descrição do sistema Braille e esclarece quais suas características e todas suas particularidades. Dessa forma, a utilização do Sistema Braille é um direito do deficiente visual e deve ser inserido no contexto escolar também.

Outra lei que auxilia na vida dos deficientes visuais é a Lei 11.126 de 2005, que estipula direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Neste documento fica assegurada a entrada e a permanência do deficiente visual com o seu cão-guia, em transportes públicos, estabelecimentos, qualquer ambiente público ou privado. O documento prevê até uma multa para quem impedir a entrada do deficiente com seu cão-guia.

Dessa forma, podemos observar que apesar de durante muito tempo os direitos dos deficientes terem sido negados, atualmente, podemos contar com diversos documentos legais que estipulam e asseguram esses direitos. O que realmente falta, muitas vezes, são essas leis serem respeitadas e realmente efetivadas em todos os âmbitos da sociedade. Muitas pessoas por falta de conhecimento desses e de outros documentos deixam de exigir que seus direitos sejam cumpridos, por isso, ainda existem tantas crianças deficientes fora da escola regular, por exemplo. Mas um grande passo já foi dado para que essa realidade seja mudada, no que diz respeito ao texto da lei.



### **3. RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL**

Este capítulo irá discorrer sobre alguns dos recursos que auxiliam a aprendizagem de alunos deficientes visuais e por consequência, ajudam em sua inclusão no contexto da sala regular. É preciso compreender que apesar do aluno deficiente visual precisar utilizar tais meios que supram e auxiliem em suas limitações, a sua inclusão na escola regular continua sendo de extrema importância, por tanto a escola precisa se adaptar e buscar métodos e estratégias para que haja essa inclusão e a formação do professor para atuar junto a esse aluno torna-se essencial no processo de ensino e aprendizagem. Embasando essa concepção, a autora Schlunzen (1995, p.199 *apud* RODRIGUES, 2010, p. 29) aponta que:

[...] a escola como instituição educacional, seja um ambiente propício para oferecer a possibilidade de interação da criança com a sociedade. Ela deve ser o início para que a sociedade receba esses seres especiais, auxiliando-os a encontrar seus caminhos isotrópicos a serem inseridos na sociedade do conhecimento. Essa oportunidade pode ocorrer na relação com os seus amigos com ou sem necessidades especiais físicas, contato com os ambientes os quais eles foram privados pela sua própria condição, oportunizando a eles que vivenciem e experienciem como qualquer outra pessoa que não tenha suas limitações.

Atualmente, com os avanços tecnológicos, existe uma variedade de recursos que auxiliam o sujeito cego na sua inserção na sociedade e, principalmente, na sua aprendizagem escolar. Esses recursos vão desde uma lupa para alguém que tem baixa visão até programas de computadores que leem textos para cegos. Além disso, o trabalho de qualidade de um profissional, no caso do ambiente escolar, o professor, é de extrema importância, pois é ele que muitas vezes irá mediar o uso desses recursos e também utilizá-los para adaptar atividades para o aluno deficiente visual, demonstrando dessa forma, que um profissional capacitado é indispensável no processo educacional dos alunos.

Acredito ser importante especificar e diferenciar neste capítulo, de forma breve, o que é baixa visão e a cegueira, antes de tratar sobre os recursos propriamente, pois há uma vasta gama de recursos específicos para cada tipo de deficiência visual, sendo interessante compreender as especificidades de cada uma e como os recursos suprem as necessidades que cada tipo apresenta.

A partir disso, primeiramente é importante conceituar o que é deficiência visual. De acordo com Gomes (2010, p.38), a qual é caracterizada como: “[...] o comprometimento da utilização de algumas informações pelo canal visual, podendo ser congênita, adquirida, ser

resultado de uma perda abrupta, decorrente de algum acidente ou progressiva. ”. Diante disso, os deficientes visuais se distinguem em dois grupos, cegos e com baixa visão. A mesma autora também coloca a importância de saber identificar pessoas com cegueira e baixa visão e aponta que:

Somente a partir desse conhecimento adquirido é que iremos analisar as suas atitudes, as suas características, as suas necessidades, seus limites e possibilidades. Assim, poderemos compreender o seu modo de enxergar o mundo e participar dele de forma efetiva. (GOMES, 2010, p.39)

Em relação a cegueira, especificamente, o autor Dias de Sá (2007, p. 4 *apud* GOMES, 2010, p. 42) traz uma definição bem completa e clara e caracteriza a cegueira como:

[...] uma alteração drástica e irremediável, que tem como consequência a impossibilidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento de seres e objetos, entre outras restrições ou dificuldades de interações objetivas e subjetivas. Pode ser congênita, isto é, quando a incapacidade visual ocorre desde o nascimento ou nos primeiros meses de vida... A ocorrência da cegueira na infância, adolescência, juventude, idade adulta, ou melhor, idade, denomina-se cegueira adquirida e pode ser causada por razões orgânicas ou acidentais.

Já a baixa visão, segundo Gomes (2010, p.44) ela é caracterizada como “[...] alteração da capacidade funcional do canal visual, não podendo ser corrigida por tratamentos clínicos e nem por correções ópticas. ”

Segundo Silva (2008), no Brasil os critérios para definir deficiência visual se baseiam na classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem como parâmetro dados de avaliação clínica da acuidade visual. Domingues (2010, p. 10) conceitua acuidade visual como:

[...] a capacidade visual de cada olho (monocular) ou de ambos os olhos (binocular), expressa em termos quantitativos. A avaliação da acuidade visual é obtida mediante o uso de tabelas para longe ou para perto, com correção (AV C/C) ou sem correção óptica (AV S/C), ou seja, com ou sem os óculos.

A autora Silva (2008) também traz a definição da OMS onde é estipulado que a cegueira é caracterizada pela acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, já a baixa visão a acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Nessa perspectiva, ter conhecimento sobre as características da deficiência visual nos ajudará a compreender a importância da diferenciação dos recursos ópticos e não ópticos utilizados pelas pessoas com baixa visão e cega. Ou seja, para cada tipo de deficiência visual existem recursos específicos que devem ser de conhecimento do professor para trabalhar de forma efetiva com esses alunos. E o sistema Braille será o elo que unirá as pessoas com deficiência visuais, pois, pessoas com baixa visão vão aos poucos aprendendo e utilizando o Braille no seu dia-a-dia.

A partir desse esclarecimento sobre as características da deficiência visual, podemos discorrer sobre os recursos existentes para inclusão desses sujeitos. Um desses recursos, talvez um dos mais amplamente conhecidos, é o Sistema Braille, que consiste em um sistema de leitura e escrita já citado no decorrer deste trabalho. Esse sistema é composto por 63 sinais formados pela combinação de seis pontos que são equivalentes às letras do alfabeto convencional. Essas combinações formam as letras, os sinais matemáticos, os números, sinais de acentuação.

O Braille pode ser escrito através de uma máquina de datilografia especial, adaptada para essa função. Também pode ser escrita utilizando os instrumentos reglete e um punção, que consiste respectivamente em uma régua de metal com umas celas que contem os seis pontos e um instrumento semelhante ao lápis com uma ponta de metal. A escrita com esses materiais é da seguinte forma, na reglete é feita as perfurações com o punção em um papel especial, que é colocado entre a régua e uma tabua que serve de base. A leitura do texto é feita pelo verso da folha, onde ficam os pontos em relevo.

Segundo Silva (2008) o sistema possui algumas limitações comparadas a outros sistemas. A autora coloca que: “As limitações desse sistema de escrita, quando comparado ao sistema de leitura visual, estão na relativa lentidão, no tamanho dos livros impressos e na quantidade restrita de material impresso e disponível e, no ensino mal orientado.” (SILVA, 2008, p. 57). Apesar disso, em nada tiro o mérito e os benefícios que o sistema trouxe a partir da sua aplicação, pois durante muito tempo os deficientes visuais não tinham nenhuma opção para se apropriar do conhecimento da leitura e escrita.

Ainda ligado ao sistema Braille, outros recursos existentes são livros didáticos, mapas, gráficos, entre outros materiais impressos em Braille. As escolas que atendem alunos cegos são responsáveis por providenciar esses materiais, as instituições públicas devem contar com os órgãos responsáveis para que esse material seja fornecido.

Outro recurso bastante utilizado pelos deficientes visuais é o Soroban, que é utilizado para trabalhar matemática. O Soroban é composto de diversas colunas preenchidas com contas, cada coluna representando unidade, dezena, centena, etc. Cada coluna também é dividida em duas partes, uma em cima e outra em baixo. A utilização do Soroban para pessoas videntes e para os deficientes visuais não difere, apenas há modificações em relação ao deslizamento das contas e às referências utilizadas. A leitura dos valores calculados é feita pelo tato, como no Braille, por isso, as contas não podem deslizar facilmente.

Atualmente existe também uma variedade de recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), para alunos deficientes visuais, que se tornaram um grande auxílio na realização de diversas atividades. O computador, por exemplo, possui uma série de recursos que permitem atender às necessidades de cada pessoa no que se refere à ampliação, ao contraste, à edição de texto e à leitura via áudio. Alguns dos recursos tecnológicos mais conhecidos são os leitores de tela e os recursos sonoros. Esses softwares, como os sintetizadores de voz, auxiliam bastante os deficientes visuais para a obtenção de uma leitura imediata de textos, por exemplo.

Um dos programas mais conhecidos de sintetizadores de voz é o Sistema Dosvox, que Domingues (2010, p. 22) conceitua como:

Ambiente específico com interfaces adaptativas que oferece programas próprios como, editor de texto, leitor de documentos, recurso para impressão e formatação de textos em tinta e em Braille. Contem jogos didáticos e lúdicos, calculadora vocal, programas sonoros para acesso à Internet, como correio eletrônico, acesso à homepages, telnet, FTP e Chat.

Dessa forma podemos observar como o sistema traz uma gama de possibilidades aos deficientes, possibilitando que eles realizem as mais diversas atividades, dando mais autonomia aos seus usuários. Além do Dosvox, outro exemplo é o Deltatalk, que é um sintetizador de voz que possibilita a interação com o computador através de comandos de voz.

Outros recursos envolvendo as tecnologias de comunicação são os leitores de tela que “[...] possibilitam a leitura, por meio de síntese de voz, de elementos e de informações textuais contidas na tela do computador, bem como o retorno sonoro do que é digitado pelo usuário.” (DOMINGUES, 2010, p. 22). Alguns exemplos de leitores de tela são: Virtual Vision, Jaws, NVDA - NonVisual Desktop Access, para o ambiente Windows, e o ORCA para acesso ao ambiente Linux.

Para as pessoas com baixa visão, especificamente, existe os recursos ópticos e não ópticos. Os recursos ópticos são as lentes que são utilizadas para realizar atividades de perto ou longe, dependendo da necessidade da pessoa. Diferente do que muitos acreditam, utilizar e estimular o resíduo visual existente nas pessoas com baixa visão não é prejudicial para os mesmos, pelo contrário, é de extrema importância que haja esses estímulo. Dias de Sá, Campos e Silva (2007, p. 19 *apud* GOMES, 2010, p. 48) apontam alguns recursos ópticos existentes.

**Recursos ópticos para longe:** telescópio: usado para leitura no quadro negro, restringem muito o campo visual; telessistemas, telelupas e lunetas. **Recursos ópticos para perto:** óculos especiais com lentes de aumento que servem para

melhorar a visão de perto. (óculos bifocais, lentes esferoprismáticas, lentes monofocais esféricas, sistemas telemicroscópicos). **Lupas manuais ou lupas de mesa e de apoio:** úteis para ampliar o tamanho de fontes para a leitura, as dimensões de mapas, gráficos, diagramas, figuras etc. Quanto maior a ampliação do tamanho, menor o campo de visão com diminuição da velocidade de leitura e maior fadiga visual.

Já sobre os recursos não ópticos, Domingues (2010, p.12) define como “[...] mudanças relacionadas ao ambiente, ao mobiliário, à iluminação e aos recursos para leitura e para escrita, usados de modo complementar ou não aos auxílios ópticos, com a finalidade de melhorar o funcionamento visual.” Muitos desses recursos são feitos e adaptados pelo próprio professor. Quando o docente tem o conhecimento sobre a necessidade da utilização desses recursos e tem a oportunidade de passar por formações que ensinam sobre a elaboração de materiais didáticos para alunos com baixa visão, eles conseguem auxiliar ainda mais no processo de aprendizagem dos seus alunos. Os recursos não ópticos existentes são:

**Tipos ampliados:** ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros. **Acetato amarelo:** diminui a incidência de claridade sobre o papel. **Plano inclinado:** carteira adaptada, com a mesa inclinada para que o aluno possa realizar as atividades com conforto visual e estabilidade da coluna vertebral. **Acessórios:** lápis 4B ou 6B, canetas de ponta porosa, suporte para livros, cadernos com pautas pretas espaçadas, tiposcópios (guia de leitura), gravadores. **Softwares com magnificadores de tela e Programas com síntese de voz.** **Chapéus e bonés:** ajudam a diminuir o reflexo da luz em sala de aula ou em ambientes externos. **Circuito fechado de televisão --- CCTV:** aparelho acoplado a um monitor de TV monocromático ou colorido que amplia até 60 vezes as imagens e as transfere para o monitor. (Dias de Sá, Campos e Silva 2007, p. 20 *apud* GOMES, 2010, p. 49)

Outro recurso bastante importante são os materiais disponíveis nas Salas de Recursos Multifuncionais, que deve conter e disponibilizar equipamentos, materiais didático-pedagógicos para a realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que já foi explicitado sua função e sua importância no capítulo anterior deste trabalho. Porém, é essencial compreendermos como aconteceu a efetivação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais de 2010 do Ministério da Educação. O mesmo traz em seu manual para a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, os materiais necessários para o seu funcionamento com “qualidade”. Há dois tipos de sala, a do tipo I traz uma série de materiais específicos, como podemos observar no quadro a seguir

#### ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA SALA TIPO I:

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 <i>Laptop</i>	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 <i>Scanner</i>	01 Memória de Numerais I

01 Impressora <i>laser</i>	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colmeia	01 <i>Software</i> Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 <i>Mouse</i> com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 <i>Kit</i> de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
	01 Memória Tátil

FONTE: Manual de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. MEC, 2010

A sala do tipo II é formada por materiais específicos para o trabalho educacional dos deficientes visuais. Nesse tipo de sala deve conter todos os materiais citados no quadro anterior e os equipamentos de uso dos deficientes visuais, como é explicitado no quadro a seguir.

#### **ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA SALA TIPO II:**

01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 <i>Kit</i> de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

FONTE: Manual de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. MEC, 2010

Analisando os recursos disponíveis nas tabelas acima, os mesmos mostram a dimensão da importância de sua utilização no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Deficiência Visual, o que proporcionará a efetivação de sua participação nas diversas atividades escolares e sociais, ou seja, tornando um cidadão.

Por fim, como já foi falado anteriormente neste capítulo, o trabalho do professor também se torna um recurso para o processo de aprendizagem dos deficientes visuais. É necessário que haja um conhecimento sobre deficiência visual por parte dos profissionais da educação, não como especialistas, pois não é dever do professor da sala regular conhecer e compreender sobre essa e outros tipos de deficiência, mas para compreender as possibilidades existentes para uma pessoa deficiente visual e ter um ambiente escolar realmente inclusivo,

buscar conhecimento sobre, pode auxiliá-lo em sua prática docente. Embasando essa concepção, Silva (2008, p. 40), aborda que:

[...] não estamos afirmando que cabe ao professor ter esses conhecimentos para diagnosticar ou classificar o aluno com deficiência visual em capaz ou incapaz, mas sim para entender as implicações psicológicas e sociais que a cegueira total ou parcial pode causar no comportamento e no desenvolvimento da aprendizagem de uma criança, bem como para favorecer orientações básicas sobre o tema, quando necessário.

Dessa forma, neste capítulo, pudemos observar que nos dias atuais já existe uma variedade de recursos de todos os tipos para auxiliar no processo educacional dos deficientes visuais. Ter acesso a esses recursos e um pouco de conhecimento sobre por parte dos profissionais da educação auxilia bastante na inclusão desses indivíduos no ambiente escolar, além dos benefícios para a aprendizagem dos mesmos.

.

#### 4. METODOLOGIA

Este capítulo irá abordar o percurso metodológico e os instrumentos utilizados para a realização desta pesquisa. Além de citá-los também buscou-se conceituar e trazer referências sobre a metodologia e os instrumentos para que assim pudéssemos compreender o porque da sua escolha e como eles contribuíram para alcançar os objetivos traçados. Dessa forma, para a realização desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa em educação. De acordo com Ludke (1986), essa abordagem apresenta algumas características como um contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente que está sendo estudado. Os dados coletados durante a pesquisa são em sua predominância descritivos e não há preocupação por parte do pesquisador em encontrar evidências que comprovem hipóteses anteriores ao início da pesquisa.

Segundo Bogdan e Biklen (1982 *apud* LUDKE 1986, p. 13) a pesquisa qualitativa, resumidamente “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Os instrumentos escolhidos para a coleta de dados foi a análise documental, observação e a entrevista. A análise documental é um instrumento que colabora bastante para uma construção de uma pesquisa na abordagem qualitativa. Ludke (1986) conceitua esse instrumento como “[...] técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” (LUDKE, 1986, p. 38). Podem ser considerados documentos para análise, os materiais escritos que sejam usados como fonte de informação como: leis, decretos, planos de aula, revistas, livros, entre outros.

Nesta pesquisa foi feita uma análise documental de uma série de legislações e programas governamentais que tratam sobre a educação em geral e a educação de deficientes, caracterizando seus direitos na sociedade. Também foram utilizados textos que fundamentaram a nossa compreensão sobre o tema da pesquisa, utilizando autores como: Silva (2008), Lima (2006), Mazzotta (2005), Domingues (2010), entre outros, que contribuíram para a discussão da temática abordada neste trabalho.

A observação é uma das ferramentas mais utilizada em pesquisas de abordagem qualitativa. Sobre esse instrumento a autora Ludke (1986, p.26) aborda que “[...] a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens.” A mesma autora aponta como algumas dessas vantagens a



oportunidade do observador chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos da pesquisa e também permite que se obtenham dados, em situações que não é possível uma comunicação direta ou a pessoa não quer fornecer informações, por qualquer motivo. Dentro da observação há algumas variações e uma delas é o papel do observador.

Neste trabalho assumi o papel de observador, ou seja, não houve interação com o grupo observado. Para esta pesquisa, foram feitas observações em 2 instituições de ensino, uma Escola Pública Municipal e um Instituto de Atendimento aos Deficientes Visuais, ambos localizados em Fortaleza, Ceará. É preciso ressaltar que as instituições pesquisadas não terão seus nomes divulgados, bem como também os nomes de todos os sujeitos participantes.

Na escola pública, foram observadas algumas aulas na sala do 6º ano, onde havia um aluno com baixa visão. Procurou-se observar o ambiente físico da sala, o comportamento do aluno deficiente visual em relação a aula e aos colegas, a postura e metodologia utilizado pela docente, que nesse caso, somente foi observado as aulas da professora de inglês. Além disso, foi observado o ambiente da escola com um todo. Seus espaços, sua acessibilidade e como o aluno especificamente citado se comportava na área externa a sala de aula.

No instituto, foi observado todo o ambiente da instituição e apesar do local funcionar uma escola regular, em todas as suas salas de aula contém alunos com algum tipo de deficiente visual, dessa maneira, foram observadas mais de uma aula, com mais de uma turma, mais especificamente, uma aula de matemática em uma turma do 6º ano e uma aula feita na biblioteca, com a própria bibliotecária, sobre um dos projetos que é desenvolvido na instituição. O período de observação nas duas instituições foi entre os meses de setembro a outubro de 2016.

A entrevista, segundo Ludke (1986), traz grandes vantagens sobre outras técnicas. É abordado que “[...] ela permite captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.” (LUDKE, 1986, p.34).

A entrevista feita, nesta pesquisa, pode ser caracterizada como semi estruturada, pois foi elaborada anteriormente uma série de perguntas a serem feitas ao sujeito da pesquisa, perguntas estas que estarão em anexo a esse trabalho, mas não foi feita de forma rígida, é dado margem para que outros questionamentos surjam no decorrer da conversação, deixando que o entrevistado discorra de maneira livre sobre suas respostas. Outro ponto importante sobre o instrumento entrevista é a atenção que se deve dar além as respostas obtidas. Ludke (1986) coloca que

O entrevistador precisa estar atento não apenas ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que vai obtendo ao longo da interação. Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito. (LUDKE, 1986, p.36).

Por isso, foi entrevistada uma professora da escola pública visitada, que na sala onde foi feita a observação, esta ministra aulas de inglês. Já no instituto foi feita entrevista com um professor que ministra aulas de história, filosofia em diversas salas. Além disso, também foram realizadas algumas conversações informais com estes professores, durante os intervalos das aulas e com outros profissionais que trabalham nos ambientes citados, dessa forma, subsidiando a construção a elaboração do que realmente acontece nas instituições de ensino.

Acreditamos que a utilização desses instrumentos de coleta de dados nos proporcionará compreender como acontece a inclusão dos deficientes visuais nessas instituições, respondendo assim aos objetivos propostos no início do trabalho.



## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo aborda a respeito da descrição dos dados colhidos nas instituições visitadas, juntamente com a análise e reflexões dos mesmo. Além disso, buscou-se também trazer concepções e embasamentos teóricos sobre os temas abordados, enriquecendo assim a discussão e a análise dos dados. O capítulo está organizada em tópicos, onde o primeiro traz uma descrição do espaço físico das instituições visitadas, em seguida é descrito as entrevistas feitas com os professores das escolas e por fim, o último tópico aborda a descrição e análise das observações feitas em campo.

### **5.1 Conhecendo um pouco da história das instituições pesquisadas**

A escola municipal visitada fica localizada no bairro Mondubim, em Fortaleza e oferece turmas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, possuindo em torno de 619 alunos. A escola foi inaugurada em 1991 e já ofereceu outras modalidades de ensino como Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando nos três turnos. Porém atualmente só oferece as modalidades citadas e a Educação Infantil acontece em outro prédio, anexo à escola.

A instituição pode ser considerada de porte médio, não contendo espaços muito amplos. A escola possui por volta de 15 salas de aula, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), refeitório, estacionamento para os professores, sala de biblioteca, banheiros, laboratório de informática, secretaria, sala dos professores e central de água. Há um espaço entre as salas, como um pátio, com uma espécie de palco, que os alunos ficam durante o intervalo, mas bem pequeno e a quadra não é muito utilizada, por estar bem deteriorada e não ser coberta.

O Instituto de Atendimento aos Deficientes Visuais, fica localizado no bairro São Gerardo e foi fundado no ano de 1942, estando em funcionamento há 74 anos. É uma instituição sem fins lucrativos, e além de atuar na área da educação também tem ações na área da saúde e na profissionalização e inserção social do deficiente visual.

O ambiente observado no Instituto para esta pesquisa foi especificamente o espaço da escola que oferece ensino gratuito nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, que conta com um total de 251 estudantes matriculados. Como foi citado anteriormente, a instituição conta com uma área voltada para saúde, tendo uma clínica e um hospital que realizam exames, consulta e cirurgias, todas em relação há doenças e tratamentos

oftalmológicos. Através dos recursos que são recebidos nos atendimentos clínicos, que são mantidos seus outros setores.

Além dos espaços citados, a instituição conta com outros, que não atendem somente os alunos do Instituto, mas também a comunidade em geral e de forma gratuita, como por exemplo, o laboratório de matemática e apoio pedagógico, o setor de prevenção à cegueira, que conta com equipe com pedagogo, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, tem a Biblioteca Braille, com diversos materiais acessíveis, possui também a imprensa Braille, onde são feitos os trabalhos de digitação e impressão de textos e livros no sistema Braille ou em tinta com tamanho da fonte aumentada para as pessoas com baixa visão. Também tem o centro Dosvox, recurso já apresentado neste trabalho, que é um sintetizador de voz que proporciona inclusão digital aos alunos que o utilizam e o setor que oferece aulas de Orientação e Mobilidades, para que os alunos deficientes visuais aprendam técnicas para utilizar a bengala e como se orientar nos espaços.

Fica evidente que as instituições têm características bem diferentes. Pelo Instituto já se dedicar por tanto tempo ao atendimento de pessoas deficientes nos mais diversos âmbitos há um número maior de realizações exitosas em torno dessa temática em relação à escola pública. Mas, é preciso que fique claro que foi observado apenas a escola regular do Instituto e como acontece o trabalho educacional com os deficientes visuais, e como é possível realizar a inclusão escolar efetivamente.

## **5.2 Deficiência Visual: Formação do professor e o olhar singular do processo de inclusão do aluno com deficiência visual em duas instituições de ensino de Fortaleza**

Nesse item iremos conhecer como acontece a formação de professor para atender alunos com deficiência visual em duas instituições de ensino do município de Fortaleza e, principalmente, o olhar de cada entrevistado acerca da sua prática pedagógica para atender esses alunos. A primeira instituição é a escola pública e a segunda é um Instituto de educação para deficientes visuais que se tornou uma escola regular e atualmente atende alunos com deficiência e alunos sem deficiência.

### **5.2.1 Deficiência Visual: Formação docente e a inclusão de alunos com deficiência visual na escola pública**

Para poder caracterizar e analisar a formação dos professores que atuam com alunos deficientes visuais, realizamos entrevistas com um docente de cada instituição visitada. As perguntas feitas foram basicamente as mesmas, mas em alguns momentos houve

questionamentos específicos para cada sujeito, em relação a própria instituição, já que cada uma tem características diferentes e também questionamentos sobre algo que chamou atenção no decorrer da própria conversa.

Iniciando pela professora da escola municipal, a mesma é graduada em Português/Literatura e possui pós graduação em semiótica aplicada a literatura. Atua na profissão docente desde 2006, ou seja, há 10 anos, e trabalha na escola visitada desde 2012, onde ministra apenas aulas de inglês nas turmas de Ensino Fundamental.

Ao ser questionada se passa ou passou por algum tipo de formação continuada, se o município oferece esse tipo de formação e se algumas delas envolvem a temática da educação inclusiva ou especial, a professora informou que todo mês tem formações oferecidas pelo governo do município, mas nenhuma voltada para educação inclusiva ou especial e que formações envolvendo essa temática somente são oferecidas aos professores do AEE. As formações para os professores da sala regular normalmente são sobre português e matemática.

Podemos constatar que o próprio governo não vem investindo suficiente e adequadamente em formações que abordem a temática da inclusão escolar com os professores da sala comum, como se estes não estivessem em contato direto com os alunos publico alvo da educação especial. Além disso, sabe-se que quando se fala de inclusão não é apenas inclusão de alunos deficientes, por exemplo, mas de todos os alunos com suas singularidades e necessidades educacionais específicas. No documento do MEC denominado Orientações para Implementação da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2015a), é abordado que para promover um atendimento educacional especializado na educação básica umas das ações que precisa ser executada é: “formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para educação inclusiva” (BRASIL, 2015a, p.14).

Sobre essa temática da formação do professor do ensino regular para trabalhar com a inclusão, Silva (2008) conceitua que “[...] a formação docente inicial tenha um tronco de formação comum, proporcionando instrumento a todo docente para que se sintam confiantes de sua própria competência em trabalhar com a diversidade.” (SILVA, 2008, p. 133).

Continuando a entrevista com a professora da escola municipal, questionei o que ela compreendia por inclusão. A entrevistada respondeu primeiramente que: “é um tema bem complicado!”, e continuou a resposta afirmando que:

Quando se fala de inclusão, é inclusão de todos, não somente do aluno deficiente e que não se pode esperar o mesmo desempenho do aluno deficiente, do aluno dito normal, entendendo que a inclusão acontece quando aluno está junto e sente que faz

parte do meio, não tendo que necessariamente ter o mesmo desempenho que os outros.

Para compreender mais essa questão questionei de que maneira a docente buscava incluir todos os alunos em suas aulas. A professora respondeu dizendo que seus alunos fazem as mesmas atividades, se tem trabalho em grupo todos estão nas equipes, se tem apresentação no pátio eles fazem também, então todos os educandos são parte do meio.

Foi possível perceber, na observação da aula apesar da professora falar que a inclusão é incluir a todos e não só os deficientes, ao falar de sua prática ela aponta apenas a inclusão dos deficientes e que essa inclusão seria apenas os alunos estarem presentes, inseridos na escola, fazendo as mesmas atividades, sem se preocupar em adaptar essa atividade, qual o aprendizado ela traz, qual a contribuição no processo educacional do sujeito. O que deixa revelar é que o aluno estando dentro da escola é o que bastaria para acontecer a inclusão e no decorrer do trabalho já discutimos que a inclusão escolar não é feita apenas com a matrícula e a permanência do aluno na sala de aula ou na escola. Embasando essa concepção, a autora Silva(2008) conceitua que:

Quando nos referimos à inclusão daqueles que social e culturalmente vem sendo estigmatizados e excluídos, estamos afirmando que são pessoas capazes de, com ou sem adaptações, aprender, de ensinar e de trabalhar nas mais diversas estruturas de organização social, em geral, nem que para isso tenham que recorrer à lei como forma imperativa de garantia de seus direitos. (SILVA, 2008, p. 72-73).

Dessa forma, podemos compreender que a inclusão não é apenas colocar o aluno na escola regular, aumentar o número de deficientes matriculados, mas também que haja um acesso, permanência e sucesso. Tal postura pode ser explicada pela falta de uma formação específica na área, devendo tal responsabilidade ser assumida pelo governo, e pela própria docente, na busca de mais conhecimentos para o exercício adequado de seu ofício.

A professora em questão tem um aluno com baixa visão no 6º ano, a sala de aula que foi observada nesta pesquisa. O referido aluno será denominado de K para preservar sua identidade. A partir disso, perguntei à docente como é trabalhar com um aluno deficiente visual. E obtive a seguinte resposta:

É um trabalho muito complicado. Quando conheci o K, não percebi sua deficiência, porque ele usava óculos e agia normal. Também acho que ele tem algum problema emocional, pois tem atitudes muito infantis. [...] Não sei como lidar com essa situação.

Ao analisarmos sua resposta um fato nos chama atenção: a professora iniciou o ano letivo sem ter conhecimento que iria trabalhar com um aluno deficiente visual, demonstrando dessa forma, a total falta de comunicação entre a docente e a gestão da escola.

Pois poderia ter tido uma preparação prévia para lidar com esse aluno e conhecimento sobre qual seria a melhor forma de contribuir para a aprendizagem do mesmo. A professora entrevistada também levanta a hipótese do aluno ter algum tipo de transtorno, mas em nenhum momento a mesma revela se buscou auxílio para essa situação ou se procurou se comunicar com a família para obter mais informações. Ao contrário, demonstra certo descaso com essa condição do aluno. Por fim, a professora afirma não saber lidar com a situação, porém, não buscou informação, ajuda, para conseguir transpor essas dificuldades.

Outro aspecto abordado pela professora foi referente às atividades de cópia no caderno. A mesma falou que costuma escrever para o aluno a matéria escrita na lousa, pois fica mais fácil dessa maneira, ao invés de esperar ele copiar ou escrever uma letra gigante e não conseguir copiar o conteúdo todo e já ter que apagar a lousa. Segundo a docente, em suas aulas costuma trabalhar com o dicionário, onde os alunos procuram as palavras solicitadas, porém K não consegue, porque as letras do dicionário são minúsculas e não tem um material adaptado, então ela procura colocar ele com outro aluno mais para ajudar. O que podemos perceber que a professora não tem informação nenhuma de como adaptar o material para o aluno e dessa maneira K consiga acompanhar a aula e tenha uma efetiva aprendizagem.

De acordo com Domingues (2010), existem auxílios ópticos que podem ser utilizados para que o aluno realize atividades como as que a professora descreveu, auxiliando dessa forma, o uso da visão residual tanto para longe quanto para perto, recursos esses que já foram até citados no decorrer deste trabalho. Alguns exemplos desses auxílios são lupas de mão e de apoio, óculos bifocais ou monoculares e telescópios, dentre outros. Também existem os auxílios não ópticos, que são recursos como a própria iluminação do ambiente, a utilização de lápis 6b, que o aluno com baixa visão consegue enxergar o que escreve, pois, o grafite é bem escuro, a própria cor do pincel que é utilizado no quadro, que deve ser preto ou azul, textos já com a fonte ampliada e muitos outros. Existe uma gama de recursos que podem auxiliar de maneira bastante eficaz a realização das atividades por parte do aluno com baixa visão, basta ter conhecimento sobre e buscar o acesso aos mesmos.

Também, perguntamos sobre as atitudes e os recursos que ela utilizava para incluir o aluno deficiente visual. A professora respondeu apontou como um recurso uma régua, tipo uma lupa, mas ela não soube definir muito bem. Também disse que quando está muito complicado o trabalho em sala aula, ela pede para o K buscar essa régua na sala do AEE, mas só há uma régua na escola toda, e a professora do AEE, muitas vezes esta



utilizando, porque está fazendo algum atendimento. A professora não citou mais nenhum recurso e nenhuma atitude própria para realizar o trabalho com K.

A partir desse cenário reforço o ponto citado anteriormente sobre a necessidade de uma formação até mesmo na própria graduação sobre a inclusão escolar, sobre o público da educação especial, e dessa maneira, situações como essa mudem. Ainda perguntei a professora se é possível integrar o aluno com deficiência visual no ensino regular de maneira integral e ela respondeu que: “Com certeza sim! Aliás, na vida em geral.” Mas, a realidade se mostra outra, bem diferente do que diz.

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entretanto, o professor do ensino regular não precisa compreender de forma minuciosa e detalhada sobre todos os tipos de deficiência, como trabalhar com cada uma e quais recursos existentes, pois este é o papel do AEE, onde é estipulado que “o atendimento educacional, que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 15). Porém, os professores do ensino regular precisam de conhecimentos básicos para trabalhar com todos os alunos, incluindo o público-alvo da educação especial, e terá o apoio dos especialistas da Educação Especial (professores do AEE) que deverão dialogar constantemente com o professor sobre as necessidades desses alunos.

Partindo desse contexto, questionei sobre a comunicação com a professora do AEE da escola, se há uma parceria, se ela ajuda no trabalho com os alunos na sala regular. A professora afirmou, até um pouco receosa, que: “A antiga professora do AEE era muito dedicada, ia às salas perguntar se havia alguma dificuldade, se precisava de ajuda. Porém, em relação a professora do AEE atual, há pouquíssima comunicação.” Revela com isso, que a professora faz o trabalho dela e os outros professores fazem o deles. Ela diz que a professora é até uma pessoa acessível se forem na sala dela, porém os outros professores também não vão.

Analisando a fala da professora, ficou nítido a falta de diálogo com a professora do AEE, isso impossibilita que a inclusão aconteça, impossibilita o desenvolvimento cognitivo e social desses alunos. Já que a professora da sala comum não possui nenhum tipo de informação sobre deficiência visual, a professora do AEE poderia dar um suporte, mostrando estratégias, quais os recursos existentes, buscando auxiliar na aprendizagem do aluno. Embasando essa concepção, o documento Orientações para Implementação da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2015a) aponta que “A

articulação entre a educação especial e o ensino comum traduz-se na essência do processo de desenvolvimento inclusivo da escola.” (BRASIL, 2015a, p.73).

A partir dessa entrevista com a professora, podemos ver que sua falta de formação e até mesmo de informação e a pouca parceria entre professores da sala regular, professora do AEE e da própria gestão da escola, dificulta bastante o processo de inclusão desse aluno deficiente visual, prejudicando seu desempenho educacional. Sobre a necessidade dessa parceria mencionada e como isso é um instrumento importante para acontecer a inclusão escolar, Rosin-Pinola (2014) conceitua que:

[...] os sistemas de ensino devem superar a dicotomia entre educação especial e ensino regular e garantir aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso, com participação, aprendizagem e continuidade, aos níveis mais elevados do ensino. (BRASIL, 2007 *apud* Rosin-Pinola, 2014, p. 6).

Porém, para que se possa ter um análise mais profunda sobre esse caso, as observações feitas, descritas no próximo tópico, irão embasar ainda mais a discussão sobre essa temática. Agora iremos analisar a entrevista feita com o professor do Instituto e buscar compreender como é sua atuação no processo da inclusão dos deficientes visuais.

### **5.3 Deficiência visual: Formação docente e a inclusão de alunos com deficiência visual no Instituto de Atendimento aos Deficientes Visuais**

No instituto dos Deficientes visuais realizamos uma entrevista com o professor que trabalha no Instituto que possui graduação em Teologia e História e pós graduação em Psicopedagogia, Educação Especial e Psicomotricidade. Além disso, passou por formações no Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREACE), voltada para o atendimento do público da educação especial. Informou que é professor desde 1998, há 18 anos, e no Instituto trabalha desde 2012. Questionei sobre o processo para trabalhar no Instituto, já que a instituição é bastante conhecida pelo seu trabalho com deficientes visuais, então procurei saber quais os pré- requisitos para fazer parte do corpo docente. Ele informou que o candidato passa por uma triagem, não há nenhum tipo de prova, como um concurso, mas o professor deve ter uma formação voltada para a deficiência visual, principalmente, mas também para o trabalho com todo tipo de deficiência e dificuldade.

Continuando a entrevista, foi perguntado sobre a sua compreensão de inclusão escolar e obtive a seguinte resposta:

Se escuta muito falar em inclusão escolar, mas isso não acontece efetivamente em todas as escolas. Aqui no Instituto essa inclusão realmente acontece, pois todos os alunos são acompanhados de perto, alguns de uma forma mais especial, mais por

conta da deficiência, mas os outros alunos também recebem acompanhamento. Todos trabalham juntos, os alunos cegos e os videntes. Eles realizam as mesmas atividades e acredito que isso que seja uma efetiva inclusão escolar.

Podemos perceber com a resposta do professor que o mesmo demonstra compreender o real sentido da inclusão, o conceito de inclusão defendida em documentos legais e por diversos autores, e que já foi amplamente citado no decorrer deste trabalho. Podemos também fazer um paralelo entre as respostas dos dois professores entrevistados e perceber a divergência existente e, na minha concepção, esse fato reflete diretamente no trabalho docente desses sujeitos e como buscam incluir seus alunos.

Outro aspecto abordado foi como acontece a inclusão de todos os alunos em suas aulas. O docente disse que em suas aulas as mesmas questões feitas a um aluno vidente é feito, ao deficiente visual. Afirmou que busca jogos em que todos possam participar, jogos que envolvam o tato a audição, por exemplo. Faz trabalhos com colagem, com materiais em auto relevo. O professor também comenta que o Instituto dá um suporte com diversos recursos que auxiliam na prática dentro da sala de aula. A partir da fala do professor e do que foi possível observar, percebemos que a atitude do professor está em concordância com que os autores e documentos legais, abordam sobre a efetiva inclusão escolar, que já foram discutidos nesse trabalho. Dessa forma, percebemos que é possível exercer uma prática inclusiva em sala de aula.

Outro ponto abordado foi sobre a experiência de trabalhar com deficientes visuais. Primeiramente ele afirmou que você muda, e explica que: “Estudei para ser professor e quando me deparo com a realidade encontro crianças completamente diferentes uma das outras e diferentes do que foi estudado, surge um universo novo e a partir disso há um crescimento pessoal muito grande.” Também aponta sobre a profissão docente ser algo muito humano, onde há um contato direto com o aluno, dessa forma, segundo ele, você precisa procurar se informar mais, conhecer, se envolver mesmo, buscar que seu aluno tenha o melhor, porque senão, nas palavras dele, vai ser só empurrar com a barriga.

Ao perguntarmos sobre a inclusão do deficiente visual de maneira integral no ensino regular. Obtivemos a seguinte resposta:

É muito possível haver sim essa inclusão, não tomando como exemplo só o Instituto, mas outras escolas também. Eu tenho um irmão que é cego e ele saiu daqui do Instituto e foi para outra escola pública e hoje é um dos melhores alunos de lá. Eu acompanhei de perto esse processo de transição de uma escola para outra e vi que ele conseguiu aprender, participar, interagir com os outros alunos. E não é somente o aluno cego que pode ser incluído, mas qualquer pessoa, com qualquer tipo de deficiência.

Percebemos com essa resposta a real possibilidade de haver uma prática inclusiva nas escolas dos mais diversos âmbitos. O Instituto não é o único exemplo de instituição onde se busca em sua prática a inclusão de todos seus alunos, não só os deficientes visuais. E não se pode afirmar que o Instituto é uma realidade diferenciada, pois este se encaixa nas características de uma escola regular. Quando se investe na inclusão e se busca atender todas as demandas imposta por ela, o aluno deficiente consegue se inserir e ter uma aprendizagem de qualidade.

Por fim, quando questionamos sobre os recursos utilizados para trabalhar com deficientes visuais e ele citou os textos em Braille, Soroban para o trabalho com a matemática, alguns recursos pra trabalhar geometria e citou que também utiliza muitos materiais reciclados. Ele também disse que, como professor de história, leva fosséis, pedras, materiais antigos e deixa a disposição para que os alunos toquem, conheçam, questionem. Citou o exemplo de uma exposição de artes onde era possível o visitante tocar no que estava exposto e que teve a oportunidade de levar seus alunos. Ele ressalta também que qualquer material que eles possam tocar, escutar, pode ser utilizado.

O professor demonstra com sua resposta, conhecer os diversos recursos existentes para trabalhar com alunos deficientes visuais, recursos além dos utilizados nas disciplinas que ministra. Ademais, ele procura adaptar materiais, buscar diferentes formas para trabalhar o conteúdo, não se limitando apenas recursos pré elaborados e não somente ao ambiente de sala de aula.

Diferente da escola pública, como já citado, no Instituto não tem sala de AEE, há um atendimento clínico para aqueles que necessitam e quando questionei sobre a não existência de uma sala de AEE, ele respondeu que o atendimento acontece no momento da aula, quando o aluno entra na sala ele já recebe um atendimento específico para sua necessidade.

É impossível não fazer um paralelo entre as falas e as visões dos dois professores entrevistados. Precisamos compreender que eles trabalham em contextos bem diferentes, mas o Instituto é uma escola regular como qualquer outra, apesar do pré-requisito da instituição em ter professores com uma formação mais específica para trabalhar com os deficientes visuais. Podemos averiguar, ao perguntar sobre a compreensão de ambos sobre inclusão e quais suas atitudes para que a mesma aconteça, a primeira professora traz o discurso de inclusão como estar presente no ambiente físico, enquanto o segundo fala de inclusão em relação a

participação, o aluno ser um agente ativo do seu processo educacional e isso muda tudo no momento de desempenhar o papel docente.

Em relação a essa formação docente, seu papel em sala de aula, sua responsabilidade e influência no processo educacional do aluno deficiente visual, Silva (2008) aponta que:

Faz-se necessário, pois, que a formação do professor seja direcionada a partir do potencial do aluno e não da sua limitação. Essa formação deve estar vinculada, também a construção do projeto político pedagógico e ser realizada na própria escola, atrelada a reuniões sistemáticas de estudos, palestras com especialistas nas diversas áreas de atuação, cursos específicos, enfim, a práticas que permitam aos professores refletirem sobre as necessidades reais da própria escola e a discutirem propostas de mudança que os façam rever seus valores e convicções, além daquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. (SILVA, 2008, p. 136)

A partir disso, podemos compreender que deve haver um conjunto de fatores, não só dependentes do professor, para que o trabalho docente com deficiente visual seja de qualidade e aconteça uma efetiva inclusão escolar. Existe toda uma conjuntura a ser modificada, tanto em termos materiais e estruturais, quanto didático-pedagógico. A mesma autora salienta sobre não poder colocar toda responsabilidade do processo educacional nas mãos do professor. É preciso oferecer ao mesmo, conhecimento, recurso humano, financeiro, materiais. É exatamente esse contexto um dos fatores que difere tanto o trabalho da professora da escola municipal observada dos professores do Instituto. Podemos compreender isso com mais clareza no próximo tópico, onde são descritas as observações feitas durante a pesquisa.

#### **5.4 A inclusão dos deficientes visuais na escola Municipal e no Instituto de Atendimento aos Deficientes Visuais: Como acontece.**

Neste tópico, como citado, será descrito e analisado as observações feitas nas duas instituições visitadas. Abordarei os momentos que acredito serem relevantes para esta pesquisa e os que demonstram com mais clareza a prática docente e o processo de inclusão do deficiente visual.

Iniciarei com as observações feitas na escola municipal. Foram observadas aulas de inglês, no 6º ano, onde a professora é a mesma com quem foi realizada a entrevista. A sala de aula tem por volta de 26 alunos, e o aluno com baixa visão senta bem na frente, próximo a mesa da professora e tem um colega sentado ao seu lado, bem próximo. O ambiente da sala não é bem iluminado, o que já se mostra uma dificuldade para quem tem deficiência visual. O restante dos alunos é bem agitados e muitos conversam e andam pela sala durante a aula.

A professora copia a explicação no quadro, com uma letra de tamanho médio, mas acredito que ainda pequena para visão de K. O referido aluno começa a copiar, mas se inclinando para frente do quadro e após pega o caderno do colega ao lado e aproxima bem dos olhos e passa a copiar dessa forma. A professora na hora da explicação escreve exemplos na lousa com uma caneta na cor vermelha e bem no canto do quadro. Sabemos que o aluno com baixa visão precisa utilizar o máximo o resíduo visual que possui, por isso, a inclinação para frente não prejudica o aluno. A autora Gomes (2010) aborda sobre essa necessidade do aluno utilizar o resíduo visual e conceitua que:

Ao utilizar a visão remanescente, ainda com auxílios de recursos específicos, essas pessoas podem desenvolver, nas atividades cotidianas, uma imagem positiva, a construção da sua identidade uma independência em relação ao ambiente e um melhor relacionamento com os outros, pois, eles utilizam aquilo que é seu, da sua forma, do seu modo de ver o mundo. É essencial o uso, ao máximo, da visão que possui no desenvolvimento das atividades. (GOMES, 2010, p. 44).

É importante que, a escrita da professora passe por adaptações para auxiliar o aluno no seu processo de aprendizagem e ele consiga acompanhar o andamento da aula da maneira mais tranquila possível e não se sinta atrasado em relação à turma. Em certo momento da aula, o único em que a professora se direcionou para K, ela pergunta se ele conseguia ver as letras e o mesmo responde que não via muito bem e não conseguia compreender a letra cursiva. A professora obtendo essa informação poderia utilizar a letra bastão para auxiliar o seu aluno, mas a mesma continua escrevendo da mesma forma e em uma cor inadequada, mostrando certo descaso em relação às necessidades do aluno, preferindo continuar em sua zona de comodidade, seja por desconhecimento ou por desinteresse. Dessa maneira, fica nítido que a professora não procura utilizar nenhum recurso ou estratégia para que o aluno com baixa visão possa acompanhar e participar da aula com mais propriedade.

Outro momento observado foi uma aula que consistia na exibição de um filme. A professora levou os alunos para a sala de informática e sem muitas instruções colocou o filme, em uma televisão normal, de tamanho médio. K sentou nas últimas cadeiras, mas parecia compreender bem o que estava passando no filme e ria e interagia com os colegas. Em certo momento apareciam algumas legendas no filme, com uma letra bem pequena. A professora não entrevistou, não procurou ler a legenda ou fazer, pelo menos, uma explicação do contexto.

Sabemos que o aluno com deficiência visual precisa de uma pessoa que possa descrever o filme, faça uma audiodescrição para que o aluno possa participar de uma atividade como esta. A própria professora poderia assumir este papel. Como K tem apenas

baixa visão, ele consegue enxergar algumas coisas, então a professora poderia sentar ao seu lado e ir mediando ao decorrer da exibição do filme, como lendo as legendas, questionando se ele está compreendendo o contexto, explicando a reação e feições dos personagens, cenas que não possuem diálogos. Dessa forma, a atividade realizada seria bem mais proveitosa para o aluno deficiente visual.

Em certo momento questionei a professora se ela sabia se K conseguia enxergar, pois a mesma propôs assistir o filme sem muitos problemas. A docente não sabia se o aluno conseguia enxergar e somente ao final da aula foi perguntá-lo sobre isso. K respondeu que conseguia entender o filme, mas enxergava muito pouco e como observado também não conseguia enxergar as legendas. Nos pareceu não haver um planejamento prévio sobre a atividade e em momento nenhum foi pensada recursos para que o aluno deficiente pudesse ter o mínimo de compreensão.

Nas aulas acompanhadas foi observado a professora utilizando muito a lousa e recursos audiovisuais. Isto não quer dizer que estes recursos não devam ser utilizados, mas Silva (2008, p. 153) aponta que “[...] a palavra continua a ser o instrumento didático mais utilizado para transmitir conhecimentos e estimular a aprendizagem no âmbito escolar.” Foi possível perceber como a utilização do diálogo e da explicação oral é deixada em segundo plano, na aula da professora observada.

Partindo para a observação feita no Instituto, primeiramente foi feita em uma aula de matemática na sala do 6º ano. A turma era composta por 12 alunos, cinco deles videntes e sete com algum tipo de deficiência visual, ou a cegueira total ou com baixa visão. As cadeiras dos alunos eram dispostas em semicírculos, e o professor no centro. O primeiro procedimento do professor, antes de iniciar a aula foi distribuir o material, que consistia em livros de matemática, alguns comuns e outros em Braille ou com a fonte ampliada. O professor me mostra como é o livro comum de matemática, que é cheio de imagens e ele fala que é papel dele descrever essas imagens, para assim o aluno abstraia e tenta compreender. Ele também compara o tanto de páginas no livro normal, para o em Braille, que tem o dobro, triplo de páginas, mas apesar dessa ser uma dificuldade, não impede em nada que aula seja ministrada.

Os alunos começaram a fazer a leitura do conteúdo e um deles, cego, fez um questionamento ao professor sobre o que seria um sólido geométrico. O professor primeiramente explica o conceito e a partir disso, pega um cubo feito de madeira e pede para o aluno sentir. Guiando o dedo do aluno, o professor explica as partes do cubo, o que é face, aresta, vértice e se direciona ao restante da turma também. Ele depois pega uma pirâmide e

dar para o aluno tocar, pede que ele se lembre do formato da bola e dessa maneira, explica a dúvida do aluno. Após a explicação ao aluno, o professor me diz que tudo na sala é recurso e que é papel dele tentar relacionar o conteúdo com materiais concretos, descrever o máximo possível, para que depois os alunos possam abstrair a informação e dessa maneira consigam reconhecer os objetos na natureza.

A partir dessas observações, é notória a diferença entre as atitudes da professora da escola municipal e o professor do Instituto. Podemos identificar que com pequenos atos se muda completamente a dinâmica da aula, influenciando diretamente no processo de aprendizagem do aluno. Em relação a essas estratégias didáticas no trabalho com deficiente visual, Silva (2008) afirma que os conteúdos do currículo devem ser os mesmo tanto para alunos videntes, quanto os deficientes visuais, mas ressalta que para os últimos deve haver:

[...] ênfase especial na aprendizagem concreta, instrução unificada (associação dos demais sentidos) e auto-atividade. As explicações de aula devem ser dadas da mesma forma, no entanto o professor deve primar para que sejam descritivas e concretas e, sempre que possível, possibilitar que o aluno cego manipule objetos e materiais, os mais próximos possíveis do real e que facilitem a compreensão e, conseqüentemente sua participação. (SILVA, 2008, p. 151).

Podemos verificar ser possível utilizar dessas estratégias citadas e que elas funcionam, a partir da observação feita na aula de matemática no Instituto. A própria fala do professor demonstra o conhecimento dele sobre o seu papel e como suas atitudes diante do aluno deficiente visual auxiliam na sua aprendizagem, dessa maneira, validando o que a autora traz na citação anterior.

Outro momento observado foi uma aula feita dentro da biblioteca Braille. O assunto era sobre projeto de cidadania, onde eles tinham que pensar em alguma ação para ajudar o próximo, pessoas da comunidade ou da própria escola. Os alunos ficaram em círculo e com a mediação da professora que cuida da biblioteca, eles discutiram qual ação poderiam fazer. Essa turma observada era do 7º ano e tinha 10 alunos, três deles cegos e um com baixa visão. É interessante perceber que a cidadania, o comprometimento social é algo bastante presente na dinâmica da instituição. Nessa roda de conversa todos tinham a vez de falar, eram escutados, incentivados, motivados a terem ideias, participarem, sem diferenciação entre os alunos, uma efetiva prática inclusiva.

Sobre essa temática, é preciso compreender, para que haja um trabalho de Educação Inclusiva, que as escolas devem assumir vários desafios e Mendonça (2015) ressalta que isso “implica mudanças de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos



com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. (MENDONÇA, 2015, p. 4).

Ao estudar e discutir sobre a Educação Inclusiva no primeiro momento pode-se parecer impossível que haja uma maneira que todas as pessoas, extremamente diferentes uma das outras, possam estar numa mesma sala de aula aprendendo os mesmos conteúdos e compartilhando ideias e saberes. Por muitas vezes parece um ideal utópico. Porém, ao se debruçar sobre o estudo dessa temática percebe-se que não somente é possível, como é necessário! Independente de um aluno ter algum tipo de deficiência ou não, todos nós temos nossas particularidades, algumas dificuldades e necessidades diferentes dos demais, então porque apenas as pessoas deficientes são os incapazes? Não se pode mais pensar na escola como uma instituição para unificar as pessoas, é preciso se pensar e trabalhar em prol de uma instituição que acolhe todas as diferenças e a partir delas as transforme em potencialidade, em possibilidades. A Educação Inclusiva nos abre os horizontes e mostra o quanto é importante a educação para todos, e analisar dois ambientes escolares distintos fortaleceu essa ideia, pois vimos o qual é exequível promover a inclusão e contribuir para o êxito escolar de crianças deficientes. Ou então, estes poderão sair da escola como fracassados. É uma escolha que devemos recusar, porque assim faremos parte disso, quando sabemos que podemos ir além e explorar um universo de possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível compreender diversos aspectos da educação, mais especificamente da educação inclusiva, analisando suas características e demandas e focando principalmente no processo de inserção e inclusão do deficiente visual no ensino regular. O aprofundamento dessa temática trouxe grandes aprendizagens e permitiu perceber e entender elementos cruciais para a realização de uma efetiva educação inclusiva.

A partir do aprofundamento no contexto histórico da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em nosso país, foi possível compreender como se deu o processo de inclusão não só do deficiente visual no ensino regular, mas bem como de todos aqueles que são público alvo da Educação Especial. Foi possível resgatar um histórico marcado por muitas dificuldades e preconceitos e como essa realidade foi mudando ao longo dos anos, depois de muita luta para a conquista dos direitos, hoje vigentes.

Ao analisar esse histórico, podemos compreender os aspectos que levam muitos indivíduos, mesmos nos dias atuais, acreditarem que o deficiente não é capaz e não pode exercer as mesmas funções de qualquer outra pessoa. Essa cultura do preconceito e algo que está arraigado em nossa história e precisou-se a quebra de diversos paradigmas para que essa realidade mudasse. Apesar de todas as mudanças que ocorreram na trajetória da inclusão dos deficientes, ainda assim, há um longo caminho a ser trilhado, para que essas pessoas possam viver incluídos em todos os âmbitos da sociedade, da mesma forma que qualquer cidadão.

Outro ponto relevante desta pesquisa foi a identificação das políticas públicas que regulamentam a educação para as pessoas deficientes, mais particularmente os deficientes visuais. Ter a garantia em lei de que todas as pessoas têm o direito de estarem em escola regular independente da sua condição física, psicológica, social, foi um grande avanço para a inclusão dos deficientes nas escolas comuns. Se em algum tempo atrás pessoas deficientes não tinham acesso nenhum à escola ou, na melhor das hipóteses, eram matriculadas em escolas especiais, que os segregavam ainda mais, atualmente nenhuma escola, seja ela pública ou privada pode se negar a matricular uma pessoa com algum tipo de deficiência e isso é ganho muito grande para a educação inclusiva.

É importante ressaltar que existem documentos de grande relevância no cenário educacional do país, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96 que aborda a temática da educação especial e a educação inclusiva, mostrando a importância dessa temática em nossa sociedade. Outro documento de extrema importância, estudado nesta pesquisa foi a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva

de 2008, considerado um marco para a discussão da temática da educação inclusiva e ampliou ainda mais as concepções que envolvem a Educação Inclusiva. Abordando como se alcançar uma educação para todos de qualidade e igualitária.

Além das leis que regulamentam o âmbito educacional dos deficientes, que é o foco deste trabalho, existem outros documentos legais que regularizam diversos aspectos referentes à vida dos deficientes, como em relação à saúde, transporte, emprego, entre outros pontos importantes para que essas pessoas vivam em sociedade da melhor forma possível. Identificar e conhecer essas leis se torna de grande importância para que possamos compreender quais os direitos desse público e reivindicá-los quando for necessário. Infelizmente, nem todos têm conhecimento sobre as leis que regem a educação inclusiva, principalmente as pessoas que mais necessitam dela, por isso muitas vezes ainda vemos casos de crianças deficientes que tem suas matrículas negadas, casos de preconceito, desrespeito com essas pessoas.

Em relação aos processos de inclusão de deficientes visuais no ensino regular, com a elaboração do deste trabalho foi possível identificar e conhecer os mais diversos existentes para que haja uma efetiva inclusão dos deficientes visuais. Os recursos existentes vão desde aspectos bem simples como a organização do espaço escolar, os materiais didáticos disponibilizados até o recurso humano, ou seja, todos aqueles indivíduos presentes no ambiente escolar têm papel preponderante para que a inclusão do deficiente visual ocorra de maneira efetiva. Tudo isso deve ser pensado e analisado, para que o deficiente visual consiga estar no ambiente do ensino regular, de maneira integrada, autônoma, se tornando um sujeito ativo no seu processo de aquisição de conhecimento.

Atualmente, a tecnologia é uma grande aliada na elaboração desses recursos. O que alguns anos atrás eram uma limitação insuperável, hoje existe uma gama de recursos que auxiliam a transpor as barreiras que a deficiência ocasiona. No caso do deficiente visual, além do Sistema Braille, que é um dos recursos mais amplamente conhecidos, existe mais uma variedade de mecanismos, métodos para que o aluno tenha uma aprendizagem de qualidade como qualquer outro.

Uma grande dificuldade nesse contexto é que muitas vezes a escola, a família da criança cega, por exemplo, a grande parte da sociedade em geral, não têm acesso ou não têm conhecimento sobre esses recursos, reforçando a idéia de que há atividades que não podem ser executadas, dessa forma privando o aluno de diversas oportunidades de aprendizado. Com as observações feitas em campo essa problemática ficou ainda mais clara e evidente. Ficou

nítido que o aluno deficiente visual da escola pública visitada não tinha as mesmas oportunidades e o mesmo apoio que os alunos do Instituto. A falta de conhecimento e acesso em relação aos recursos existentes e o próprio desinteresse por parte do corpo docente prejudicavam muito o desenvolvimento do aluno. Essa realidade apresentada neste trabalho não acontece apenas nesta escola pesquisada. Apesar dos avanços já citados, ainda há muito o que melhorar na educação, para que todas as pessoas tenham um ensino qualificado.

Outra questão discutida neste trabalho, acredito que uma das mais relevantes e que dá continuidade ao que estava sendo abordado anteriormente, foi a análise feita acerca da formação dos professores para atuarem na inclusão dos deficientes visuais no ensino regular. Com a realização desta pesquisa foi possível compreender que o professor tem papel de extrema importância nessa tarefa de inclusão do deficiente visual. O professor é o mediador entre o aluno e o ambiente escolar, o aluno e o conhecimento, tornando-se, muitas vezes, os olhos desse indivíduo para o mundo, portanto, sua formação, sua prática, seu comprometimento é extremamente importante para o sucesso do aluno deficiente visual na educação regular.

Com as observações e entrevistas feitas durante a pesquisa ficou claro a divergência, tanto de conceitos quanto de atitudes entre os professores pesquisados das duas instituições. A formação diferenciada dos dois acarreta uma grande diferença de atitudes perante o aluno deficiente visual, conseqüentemente, afetando no desenvolvimento dos seus alunos. Porém, é preciso reforçar que não se pode esperar e nem é algo estipulado por leis, que os professores do ensino regular conheçam todos os tipos de deficiência, suas demandas e todos os métodos e recursos existentes para o trabalho com o público da educação especial, aliás, esse papel é específico do professor do AEE, como já foi amplamente discutido neste trabalho.

Outro ponto relevante que pode ser colocado em pauta é que o professor do Instituto teria uma realidade diferenciada, pela instituição ser especializada no trabalho com os deficientes visuais, mas é preciso ressaltar que o Instituto é uma escola regular que recebe todos os tipos de alunos, até com outros tipos de deficiências. Mas a questão relevante é que mesmo o professor não tendo obrigação de conhecer todas as deficiências, e não tendo um aparato que como o Instituto possui, o docente, independente da instituição de ensino que trabalha, não pode se eximir da responsabilidade que tem no processo de ensino e de aprendizagem do aluno deficiente visual. A nosso ver, quando o professor se depara com aluno deficiente visual em sua sala de aula, o mesmo deve procurar compreender que tipo de

deficiência esse aluno tem, quais dificuldades ele apresenta, se informar sobre os recursos existentes, a parceria com o grupo gestor da escola, com o professor do AEE e os demais colegas é essencial. Infelizmente, na escola pública visitada nada disso acontece e quem sai prejudicado são os alunos, os mais interessados e os que deveriam ser o foco da educação.

Dessa forma, concluo que a realização deste trabalho foi enriquecedora em todos os aspectos, tanto formativo, educacional quanto no aspecto mais subjetivo, emocional. Ainda há muito que pesquisar, estudar e discutir sobre a temática, ela não se esgota aqui, mas o breve período imerso nesse estudo trouxe aprendizagens muito significativas. Ao contrapor o histórico e as demandas legais pesquisadas com a realidade observada, percebemos que ainda há muito a se fazer para que a leis sejam cumpridas e que aquele histórico difícil fique realmente no passado.

Como futura educadora, acredito ser de extrema importância que a temática da Educação Inclusiva e Educação Especial sejam discutidas e trabalhadas ainda na formação inicial dos professores e após ingressarem no mercado de trabalho essa discussão deve ser permanente. Muitas vezes é colocada toda a carga da responsabilidade do fracasso escolar de um aluno ou a não inclusão de outro em cima de um único profissional, normalmente o professor da sala de aula; porém, se deve ter em mente que essa problemática é de responsabilidade conjunta de docentes, gestores, governantes e a sociedade em geral. Quando passarmos a pensar em uma escola em que inclua todas as diferenças e não as renegue, teremos enfim uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Orientações para Implementação da política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2015a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192)> Acesso em: 06 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (LEI Nº 13.146). 2015b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 09 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)> Acesso em: 03 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (Lei n. 9394/96). Brasília-DF. 20/dez/1996.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 4.169**. 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4169.htm#anexo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4169.htm#anexo)> Acesso em: 09 de outubro de 2016

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.126**. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm)> Acesso em: 09 de outubro de 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. **Manual de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. 2010. Disponível em: <[http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes\\_srm\\_2010.pdf](http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2010.pdf)> Acesso em: 07 de novembro de 2016

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira** / Celma dos Anjos Domingues... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GOMES, Robéria Vieira Barreto. **Alfabetização de alunos com baixa visão e cegueira: o trabalho na escola e da equipe de deficiência visual de Cruzeiro do Sul/AC**. Niterói-RJ/UFF, 2010. Dissertação (Mestrado).

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAZZOTTA, José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação Especial e Educação Inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo.** III Congresso Internacional: trabalho docente e processos educativos. Uberaba, set/2015.

RODRIGUES, Francisco Suedo. **O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) por alunos cegos em escola pública municipal de Fortaleza.** Fortaleza: UFC, 2010. Dissertação (Mestrado).

ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas.** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, vol. 20, nº. 3. jul/set, 2014.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Inclusão: uma questão, também de visão. O aluno cego na escola comum.** João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2008.